

# **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica**

**Henrique Rudolfo Hettwer**

Programa de Pós- Graduação em Geografia/PPGGEO- Universidade Federal de Santa  
Maria

e-mail: henriquehettwer@gmail.com

## **Resumo**

A Geografia, especialmente a geopolítica, ocupa-se de desvelar as máscaras sociais e promover uma análise política da realidade do espaço geográfico. O advento da ideologia neoliberal e a expansão do capital monopolista que concentra e segrega, concebe a educação como despesa, se gerida pelo Estado, e como mercadoria, se ofertada pela iniciativa privada. A concepção neoliberal vem buscando desconstruir a matriz pública, ao mesmo tempo que exige a oferta de destinação de recursos públicos ao ensino privado. Os efeitos dessa ação são imensamente danosos à educação pública, que registra perdas de investimentos, redução de matrículas, precarização, desvalorização de professores e evasão elevada.

**Palavras-chave:** Geopolítica; neoliberalismo; educação; crise.

## **The neoliberalism in the Brazilian educational space – a geopolitical analysis**

### **Abstract**

The Geography, especially the geopolitics, is to unveil the social masks and promote a political analysis of the reality of the geographical space. The advent of neoliberal ideology and the expansion of monopolistic capital which concentrates and secretes, conceives education as expenditure, whether managed by the State, and as a commodity, if offered by private initiative. The neoliberal conception comes seeking to deconstruct the public matrix, at the same time that offer possibilities for allocation of public resources to private schools. The effects of this action are hugely damaging to public education, which records losses of investments, reducing enrollment, precarization, devaluation of teachers and high evasion.

**Keywords:** Geopolitic; neoliberalism; education; crisis.

## **El neoliberalismo en el espacio educativo brasileño - un análisis geopolítico**

### **Resumen**

La Geografía, especialmente la geopolítica, se ocupa de desvelar las máscaras sociales y promover un análisis político de la realidad del espacio geográfico. El advenimiento de la ideología neoliberal y la expansión del capital monopolista que concentra y segrega, concibe la educación como gasto, si es gestionada por el Estado, y como mercancía, si es ofrecida por la iniciativa privada. La concepción neoliberal viene buscando desconstruir la matriz pública, al mismo tiempo que exige la oferta de destinación de recursos públicos a la enseñanza privada. Los efectos de esta acción son inmensamente dañinos a la educación pública, que registra pérdidas de inversiones, reducción de matrículas, precarización, devaluación de profesores y evasión elevada.

**Palabras clave:** Geopolítica; neoliberalismo; educación; crisis.

## Introdução

*“A crise da educação pública não é uma crise, é um projeto”. Darcy Ribeiro*

Este trabalho de pesquisa é resultado de leitura bibliográfica, análise de dados e debates transcorridos na disciplina de Educação e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. Diante das reflexões críticas da Educação e da Geografia, especialmente de autores que tratam da geopolítica, vinculamos estas e outras releituras à práxis docente nas redes pública e privada de ensino do Rio Grande do Sul, e à vivência nos movimentos sociais brasileiros de educação, especialmente o movimento estudantil, para desenvolver este artigo que visa expor discursos e adoções de políticas de mercantilização da educação nacional. Com a conceituação do neoliberalismo buscamos identificar grupos sociais e personalidades intelectuais e o modo como estes atuam para fazer perseverar seu modo de pensar diante do Estado e na sociedade brasileira. Para tanto, medimos o impacto do avanço neoliberal na educação nacional através de dados estatísticos oficiais para contraditá-los com a garantia de direitos constitucionais do povo brasileiro, ameaçados diante dos interesses segregadores do capital.

“A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” é uma obra de Yves Lacoste que inquietou a Geografia clamando novos paradigmas à ciência geográfica na década de 1970, numa necessária valorização deste saber estratégico por todos, especialmente os menos favorecidos, através da politização de seus temas. É preciso superar o viés ideológico oligarquizado da Geografia para encetar uma “geopolítica dos dominados”, um saber-pensar o espaço na perspectiva de uma resistência popular contra a dominação. (LACOSTE, 1988) O capital descobriu o espaço geográfico. Resta saber quando o descobrirão os que se opõem à sua ditadura (MOREIRA, 1982)

A Geografia, tal como afirmara (LACOSTE, 1988), é um saber estratégico que deve promover a compreensão política dos fenômenos, ao invés de ocultá-los.

A Geografia de nosso tempo – e ao século XX nos referimos – vive uma contradição entre o impulso de estudar os fenômenos, com sentido pragmático, e a natureza, para melhor explorar os seus recursos, e a necessidade de omitir resultados ou barrar pesquisas que contribuam para desvendar o caráter de classe do aproveitamento daqueles fenômenos e dos citados recursos. Assim, ora sonega as razões reais da erosão do solo ou do rompimento do equilíbrio ecológico do meio natural; ora estimula as pesquisas meteorológicas, em face das necessidades crescentes do transporte aéreo; ora desconhece as razões da miséria que convive com a opulência da natureza, em determinadas regiões; ora impulsiona a pesquisa de recursos minerais, para proveito de monopólios (SODRÉ, 1976, p.9).

Contribuir para a compreensão da realidade brasileira é um dos deveres da Geografia, além de ofertá-la a todos, estejam estes em cargos de poder, em bancos escolares ou de praça, institutos de pesquisa. Uma das áreas de embate político contemporâneo é a educação, em que atuam forças que duelam pela primazia, uma enraizada nos anseios populares, a concepção nacional-emancipadora, e outra na preservação de privilégios, a concepção neoliberal.

## **Neoliberalismo e “globalitarismo” no espaço geográfico brasileiro**

Com o colapso do socialismo no leste europeu, no final da década de 1980, o capitalismo, já em etapa financeiro-monopolista, expande-se pelo planeta sem limites de contenção, devorando Estados e nações, reduzindo-os em suas estruturas, economias e culturas, homogeneizando seus padrões e ideologia; surge o neoliberalismo. Determina, assim, novos paradigmas para a geopolítica mundial.

O chamado neoliberalismo não é uma teoria científica. Nem muito menos uma corrente de pensamento científico. Não chega também a ser uma doutrina. É uma ideologia – mais propriamente, é o elemento central da ideologia da oligarquia financeira que domina o mundo, na atual etapa do capitalismo (SOUZA, 1995, p. 9).

Esta ideologia tornou-se um totalitarismo ou, como diria (SANTOS, 2009), um “globalitarismo”, fazendo alusão ao processo de globalização neoliberal e seus mantras, que foi expandido através do Consenso de Washington, conferência liderada pelo governo dos EUA e FMI-Bird, cuja finalidade do encontro de técnicos era examinar a realidade financeira e econômica da América Latina para suprimir todas e quaisquer proteções das nações à entrada voraz do capital, promovendo a total desregulamentação das economias e a desestruturação do aparato estatal.

A conclusão do “Consenso de Washington” abrangeu dez áreas, a saber: 1) disciplina fiscal; 2) drástica redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização dos ativos públicos estratégicos; 9) desregulação total; 10) direitos da propriedade intelectual. Posteriormente, foi incluída a recomendação da vinculação das moedas nacionais latino-americanas ao dólar, em caráter transitório (MACHADO, 2000, p. 227).

Os objetivos básicos a alcançar eram dois fundamentais: a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação e o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco (BATISTA, 1994).

Em tais condições, instalam-se a competitividade, o salve-se-quem-puder, a volta ao canibalismo, a supressão da solidariedade, acumulando dificuldades para um convívio social saudável e para o exercício da democracia. Enquanto esta é reduzida a uma democracia de mercado e, amesquinhada como eleitoralismo, isto é, consumo de eleições, as “pesquisas” perfilam-se como um aferidor quantitativo da opinião, da qual acaba por ser uma das formadoras, levando tudo isso ao empobrecimento do debate de ideias e à própria morte da política. (SANTOS, 2009, p. 54)

O *modus operandi* do neoliberalismo usurpa o espaço geográfico, promovendo centralização do capital e segregação espacial, ao mesmo tempo, vulnerabilizando multidões de pessoas, deixando-as à mercê do destino, ao acaso.

Usando a paisagem com fins turísticos; projetando "obras de impacto" em áreas estratégicas; confinando ideias cívicas à unidade espacial Estado-Nação; planejando a exploração e consumo de recursos naturais; redistribuindo populações faveladas (viveiros de mão-de-obra) para áreas destinadas à implantação de distritos industriais; fabricando imagens de lazer e conforto com áreas verdes, sol, sal e mar para forjar venda de imóveis de fachadas e nomes pomposos, ou marcas de cigarros; manobrando as articulações do complicado tabuleiro de xadrez da geopolítica mundial; espalhando os tentáculos desses polvos gulosos e insaciáveis eufemisticamente chamados multinacionais; tais são alguns exemplos dessa interminável lista de maneiras que o capital encontrou de usar o espaço geográfico como instrumento de acumulação e poder (MOREIRA, 1982, p. 1).

Em vários aspectos podemos notar que houve avanços do neoliberalismo e derrotas sociais historicamente conquistadas pelo povo brasileiro, desde a discriminação da empresa nacional, às privatizações de estatais estratégicas como a Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas, à desnacionalização de nossas empresas.

#### **Privatize-se tudo**

A mim parece-me bem.

Privatize-se Machu Picchu, privatize-se Chan Chan,  
privatize-se a Capela Sistina,  
privatize-se o Pártenon,  
privatize-se o Nuno Gonçalves,  
privatize-se a Catedral de Chartres,  
privatize-se o Descimento da Cruz,  
de Antonio da Crestalcore,  
privatize-se o Pórtico da Glória  
de Santiago de Compostela,  
privatize-se a Cordilheira dos Andes,  
privatize-se tudo, privatize-se o mar e o céu,  
privatize-se a água e o ar, privatize-se a justiça e a lei,  
privatize-se a nuvem que passa,  
privatize-se o sonho, sobretudo se for diurno  
e de olhos abertos.

E, finalmente, para florão e remate de tanto privatizar,  
privatizem-se os Estados, entregue-se por uma vez  
a exploração deles a empresas privadas,  
mediante concurso internacional.

Aí se encontra a salvação do mundo... (SARAMAGO, 1996)

Segundo estudo do jornalista Leandro Severo (SEVERO, 2017), utilizando dados da Consultoria KMPG, do ano de 2004 até o mês de março de 2017, 2.514 empresas nacionais passaram para o controle estrangeiro. A lista de empresas que saíram do controle nacional impressiona, pois inclui marcas que fazem parte da vida de milhões de brasileiros. Grupo Pão de Açúcar transferido para o francês Casino; Rapidão Cometa para a norte-americana Fedex; TAM para a chilena LAN; Ypióca para a britânica Diageo. Yoki para a norte-americana General Mills. Nem a área de educação escapou. O grupo Kroton, que possui nove marcas de universidades como a Anhanguera, Unopar, Pitágoras e Uniderp, é controlado pelo fundo americano Advant.

Outro estudo, da renomada Organização Não-Governamental Britânica Oxfam(2017), demonstra que Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim) são as seis pessoas mais ricas do Brasil. Eles concentram, juntos, a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país, ou seja, a metade da população brasileira, estimada pelo IBGE em 207 milhões.

Nota Marx que devemos buscar apreender "...a essência nas aparências. . .". Entendemos com isso que se deve apreender as leis internas (a essência) que governam as formas, as estruturas. (MOREIRA, 1982). Nesse contexto neoliberal está inserida a vida e a luta pela sobrevivência de cada um dos brasileiros, na busca por emprego, saúde, educação, segurança, cultura, lazer. Nesse sentido, buscaremos demonstrar alguns dos efeitos da política neoliberal em curso no Brasil nas últimas décadas, especialmente na educação básica.

## **Duas concepções conflituosas sobre a Educação no contexto neoliberal**

Retoricamente a educação é incansavelmente alardeada como a salvação de um país empobrecido ou que não alcançou a plenitude de seu desenvolvimento, como o Brasil. Contudo, ao aprofundarmos a análise sobre estes discursos perceberemos diversas contradições e controvérsias. A nosso ver, podemos classificar o pensamento sobre a educação em duas linhas fundamentais: a neoliberal (e também fundamentalista) e a nacional-emancipadora. As premissas básicas neoliberais são a diminuição de gastos públicos com a educação pública, o aumento de repasses do orçamento público para instituições privadas e ampliação da rede privada de ensino.

De outra parte, temos a concepção nacional-emancipadora, que consagrou na Constituição de 1988 diversas conquistas e fundamentos político-ideológicos, inspirada pelo pensamento de Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Cecília Meireles, Fernando de

Azevedo, dentre outros. São princípios fundamentais da Carta Magna a cidadania, a dignidade da pessoa humana; objetivos fundamentais: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. (CONSTITUIÇÃO, 1988) Em seu capítulo III, artigo 206, a Constituição apresenta os seguintes preceitos que destacamos:

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

**IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.**

**V – valorização dos profissionais do ensino**, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União.

**VII – garantia de padrão de qualidade.** (CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, 1988, p. 138)

## **Discursos e agentes neoliberais no contexto educacional**

As duas concepções que atuam na educação brasileira duelam, tem seus adeptos, formuladores e defensores, e polarizam as gestões na educação brasileira, é bem verdade, com notória crescente da neoliberal nos últimos anos. Vejamos alguns agentes e discursos da pedagogia neoliberal:

### ***Fundação Lemann***

Fundada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann, a Fundação Lemann é apresentada em sua página virtual como uma organização familiar sem fins lucrativos. O empresário é o homem mais rico do país (Oxfam, 2017), é diretor-presidente e CEO da multinacional AB InBev no Brasil. A instituição exalta seus parceiros institucionais “Person of the year – Brazilian American – Chamber of Commerce, Inc”, “Itaú-BBA”, “Telefonica-Vivo”, dentre outros. A empresa AB InBev – multinacional belga - é a principal incorporadora de empresas brasileiras de bebidas – Antártica, Brahma, Skol – tornada um dos grandes monopólios mundiais, agora sob bandeira estrangeira, altamente favorecida pela abertura econômica iniciada com Collor de Melo. Segundo a fundação, sua missão é colaborar com pessoas e instituições em iniciativas de grande impacto que garantam a aprendizagem de todos os alunos e formar líderes que resolvam os problemas sociais do país, levando o Brasil a um salto de desenvolvimento com equidade. e sua visão é um Brasil justo e avançado, onde todos têm a oportunidade de ampliar o seu potencial para fazer escolhas e criar impacto positivo no mundo. Além disso, o empresário investe na Escola Eleva e Pensi, uma das escolas que mais se destacam no Enem em todo o país, que obteve os três melhores lugares do Rio de Janeiro.

## ***Todos Pela Educação***

O movimento Todos Pela Educação é uma articulação entre grandes grupos econômicos como bancos (Itaú), empreiteiras, setores do agronegócio e da mineração (Vale) e os meios de comunicação, que procuram influenciar os rumos da educação no Brasil. Segundo descrito em sua página na internet, Todos Pela Educação (2017), foi fundado em 2006, é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. O objetivo do movimento é ajudar a propiciar as condições de acesso, de alfabetização e de sucesso escolar, a ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhoria da gestão desses recursos. Esse objetivo foi traduzido em cinco metas, a serem alcançadas até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil. São elas: Meta 1 Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; Meta 2 Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; Meta 3 Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano; Meta 4 Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos; Meta 5 Investimento em Educação ampliado e bem gerido. Em 2010, o movimento adotou cinco bandeiras, as quais entende como urgentes e com resultados mais impactantes para a melhoria da qualidade da Educação e para o alcance das Metas. São elas: Bandeira 1 Melhoria da formação e carreira do professor; Bandeira 2 Definição dos direitos de aprendizagem; Bandeira 3 Uso pedagógico das avaliações; Bandeira 4 Ampliação da oferta de Educação integral; Bandeira 5 Aperfeiçoamento da governança e gestão.

Para Roberto Leher (2015), o movimento se organiza numa espécie de partido da classe dominante, ao pensarem um projeto de educação para o país, organizarem frações de classe em torno desta proposta e criar estratégias de difusão de seu projeto para a sociedade:

A principal iniciativa dos setores dominantes na educação básica brasileira é uma coalizão de grupos econômicos chamado Todos pela Educação, organizado pelo setor financeiro, agronegócio, mineral, meios de comunicação, que defendem um projeto de educação de classe, obviamente interpretando os anseios dos setores dominantes para o conjunto da sociedade brasileira. Em outras palavras, os setores dominantes se organizaram para definir como as crianças e jovens brasileiros serão formados (LEHER, 2015)

## ***Casa das Garças***

O Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG) foi constituído em 2003, como uma associação civil de direito privado sem fins econômicos, sendo vedado participar de quaisquer atividades de caráter político-partidário ou religioso. Define seu objeto como a promoção de estudos, pesquisas, seminários, debates, cursos e publicações, visando a discutir a realidade socioeconômica do país, bem com gerir programas de bolsas de estudos e pesquisas. As atividades do IEPE/CdG são financiadas a partir de contribuições das pessoas físicas a ele associadas, e de convênios com pessoas jurídicas para a realização de projetos específicos. Alguns de seus associados são banqueiros, ex-ministros da Fazenda, executivos de bancos, corporações e multinacionais, tais como Persio Arida, Pedro Malan, Pedro Moreira Salles, João Roberto Marinho, Arminio Fraga Neto, André Lara Resende. Dentre os diversos grupos de estudo, especialmente econômicos, um deles trata da relação Economia-Educação, cujo objetivo é disseminar e aprofundar o conhecimento sobre políticas públicas no Brasil, através da construção de um espaço de discussão sólido para alunos de economia, com foco na graduação. O último grupo contemplou tópicos relevantes para a área de educação, convidando palestrantes com expertise em diversos temas relacionados à área: Economia da Educação, Educação no Brasil, Primeira Infância, Determinantes do Sucesso Educacional, Habilidades Socioemocionais e Ensino Médio. (CASA DAS GARÇAS, 2017)

*MBL: Movimento Brasil Livre*

O MBL apresenta-se como uma organização não governamental de ativismo político liberal. Notabilizou-se nacionalmente a partir da crise política no governo Dilma Rousseff (2011-2016) buscando liderar e canalizar a população. Algumas de suas propostas para educação são: a) Legalização do *homeschooling* (estudar em casa). b) Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais. c) Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. d) Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil. e) Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas. f) Redução de impostos das escolas privadas. g) Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar. h) Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas. i) Promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações. j) Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas. k) Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica. (MBL, 2017).



## ***Escola sem partido***

A organização não-governamental Escola sem Partido apresenta-se como uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. Segundo seu coordenador Miguel Nagib:

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. Entretanto, nossas tentativas de combatê-la por meios convencionais sempre esbarraram na dificuldade de provar os fatos e na incontornável recusa de nossos educadores e empresários do ensino em admitir a existência do problema (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017).

A Escola sem Partido tem provocado vários protestos no Brasil no meio acadêmico e repulsa de diversos movimentos sociais.

A “esfinge”, da mitologia grega, o “ovo da serpente”, do filme com o mesmo título de Ingmar Bergman, e as crônicas “O Alarme” e “Ódio”, de Luis Fernando Verissimo, podem ser evocados como interpelação para entender aquilo que está subjacente ao ideário do Escola sem Partido e seu sentido de ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade (FRIGOTTO, 2017, p. 17).

Alguns intelectuais brasileiros, egressos da academia, muitos deles tornados gestores educacionais, também repercutem em sua práxis essa concepção neoliberal, com maior ou menor engajamento. Podemos destacar Maria Helena Guimarães de Castro que, como Secretária Executiva do MEC defendeu em audiência com dirigentes do PROIFES-FEDERAÇÃO (2017) a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais públicos. No mesmo sentido, José Roberto Nalini foi escolhido como secretário de educação de São Paulo em 2016 e em artigo publicado na página eletrônica da Secretaria de Educação (05/04/2016), o gestor busca explicitar sua concepção política e ideológica:

Uma sociedade órfã vai se socorrer de instâncias que substituam a tibia parentalidade. O Estado assume esse papel de provedor e se assenhoreia de incumbências que não seriam dele. Afinal, Estado é instrumento de coordenação do convívio, assegurador das condições essenciais a que indivíduos e grupos intermediários possam atender à sua vocação. Muito ajuda o Estado que não atrapalha. Que permite o desenvolvimento pleno da iniciativa privada. Apenas controlando excessos, garantindo igualdade de oportunidades e só respondendo por missões elementares e básicas. Segurança e Justiça, como emblemáticas. Tudo o mais, deveria ser providenciado pelos particulares (NALINI, 2016).

O escritor Olavo de Carvalho é crítico, a seu modo, da globalização que destrói a célula máter da sociedade: a família. Outra arma de destruição da família seria a ocupação dos espaços culturais tal qual ensinada por Antonio Gramsci. Segundo ele, a agenda multicultural comunista, as ideias e a forma de pensar prevalentes no mundo ocidental, seriam formas de esvaziar de significado as tradições judaico-cristãs. (CARVALHO, 2013).

### **A práxis neoliberal, a apropriação do Estado e a educação como despesa**

Ao destacarmos alguns dos movimentos e pensadores brasileiros da concepção neoliberal, percebemos que a educação é concebida como unidade fiscal de despesa à sociedade, como encargo, o que já vai desconstruindo a retórica de educação como prioridade repetida na mídia ou em discursos acadêmicos e políticos. Para analisarmos ainda com maior clareza a base real com que é tratada a educação demonstraremos em alguns aspectos a força crescente destes discursos na realidade educacional brasileira. Primeiramente, analisamos o orçamento brasileiro executado em 2015, no Governo Dilma-Temer, que tinha sido eleito no ano de 2014 com o emblema: “Pátria Educadora”. Houve o gasto de 3,91% para a educação básica, superior e pós-graduação dos mais de 200 milhões de brasileiros. Ao mesmo tempo, para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública foram gastos 42,43% do orçamento, em que os juros são definidos pelo próprio governo, os mais altos do mundo, além de não haver sido auditada esta dívida de maneira soberana, numa evidente rendição ao capital financeiro brasileiro e estrangeiro. Com tamanho gasto com bancos, a educação fica à míngua e padece. Assim, faltam recursos para a merenda escolar nas escolas, tratada como mera unidade de despesa pelos gestores. Há desvalorização salarial dos professores de instituições públicas que, segundo o IPEA (2014), a remuneração média dos professores brasileiros é equivalente a 51% do valor médio obtido, em 2012, pelos demais profissionais com nível superior completo. Atualmente, o salário médio do docente da educação básica no País é de R\$ 1.874,50. Essa quantia é três vezes menor que o valor recebido por profissionais da área de Exatas, como por exemplo, os engenheiros.

No ensino superior há a crescente mercantilização do setor que, para Roberto Leher, transformou-se em um grande negócio. Segundo Leher, os recentes processos de fusões entre grandes grupos educacionais, como Kroton e Anhanguera, e a criação de movimentos como o Todos pela Educação representam a síntese deste processo.

Entre 2007 e 2015, no chamado Reuni, o Ministério da Educação alocou R\$ 9 bilhões de recursos para expansão e melhoria das condições [das instituições públicas de ensino superior]. Só em 2014 o Fies significou R\$ 13,5 bilhões. Em um ano! Em 2015 foram aproximadamente R\$ 16 bilhões. Em 2016, a previsão é de R\$ 18 bilhões. Se somarmos só esses recursos

dos últimos quatro ou cinco anos, vamos ter quase R\$ 60 bilhões. Ora, com R\$ 60 bilhões, nós teríamos espalhado universidades públicas, crescido, melhorado as nossas universidades, que estariam fervilhando de estudantes, felizes aqui dentro por estarem frequentando uma instituição pública (LEHER, 2016).

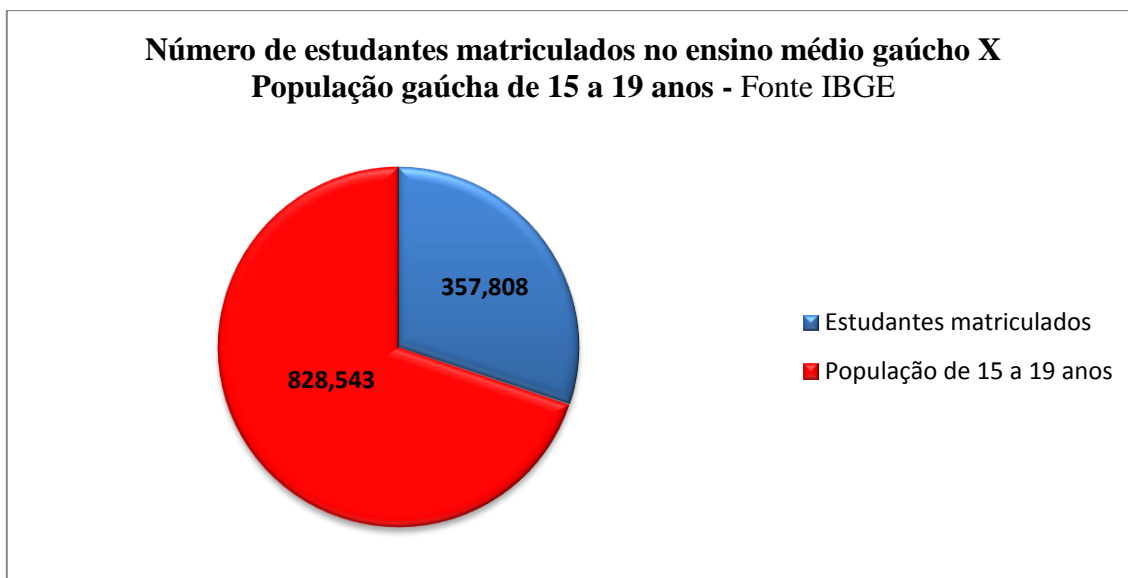
Não bastasse o desvio de recursos das instituições públicas para fundos privados, outra medida neoliberal pretendida é a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, em cursos de graduação e pós-graduação com propostas apresentadas na Câmara dos Deputados pelos deputados Andres Sanchez (PT-SP) e Alex Canziani (PTB-PR). (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017)

### **Fechamento de escolas e turmas de escolas públicas**

Outra medida adotada no contexto neoliberal é a diminuição de demanda pública. Segundo a educadora do departamento de educação do MST, Cristina Vargas (Brasil de Fato, 2016), 32.512 escolas foram fechadas nos últimos 10 anos. Em áreas rurais, o número de escolas fechadas foi de 4.084 somente em 2014. No Rio Grande do Sul, o governador José Ivo Sartori planejou extinguir 2.000 turmas de ensinos fundamental e médio no estado do Rio Grande do Sul, além de 600 turmas fechadas no início de 2017. O argumento utilizado seria a redução de 500 mil alunos nos últimos 15 anos no Estado e que haveria turmas com reduzido número de alunos, devendo haver o ajustamento para turmas de 25 alunos no ensino fundamental e 50 no ensino médio. Ao examinar a realidade do Rio Grande do Sul a partir de dados da PNAD (Pesquisa Nacional sobre Amostra de Domicílios) e do Censo Escolar do INEP (MEC), utilizando o ano de 2015 como referência, percebemos que há uma necessidade de abertura de escolas e turmas ao invés de seu fechamento.

Em 2015, o Rio Grande do Sul possuía 357.808 matrículas no ensino médio. Ao mesmo tempo, a população gaúcha de 15 a 19 anos nesse ano era de 828.543 jovens. Ou seja, as matrículas gaúchas não chegam a 44% do universo de jovens em idade adequada. Se analisarmos a evasão destas matrículas ao longo do ano que ocorrem pelo desestímulo à educação, em escolas desaparelhadas, professores mal pagos e a necessidades dos jovens de ingresso no “trabalho”, esses números fatalmente podem ser ampliados. Temos, portanto, cerca de 56% de jovens desatendidos no ensino médio gaúcho.

### **Figura 1: Comparativo de matrículas e população de 15 a 19 anos no RS**



Fonte IBGE  
Org. AUTOR

Um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2017), denominado *Education at a Glance 2016* (Um olhar sobre a educação), traz amplo panorama sobre a educação. No Brasil, em 2015, mais da metade dos adultos, com idade entre 25 e 64 anos, não tinham acesso ao ensino médio e 17% da população sequer tinham concluído o ensino básico. Os números estão muito abaixo da média dos países da OCDE, que têm 22% de adultos que não chegaram ao ensino médio e 2% que não concluíram o básico. A OCDE analisa os sistemas educativos dos 35 países membros da organização, a grande maioria desenvolvidos, e de dez outras economias, como Brasil, Argentina, China e África do Sul. O Brasil gasta anualmente US\$ 3,8 mil (R\$ 11,7 mil) por aluno do primeiro ciclo do ensino fundamental (até a 5ª série), sendo que o valor em dólar é calculado com base na Paridade do Poder de Compra (PPC) para comparação internacional. A cifra representa menos da metade da quantia média desembolsada por ano com cada estudante nessa fase escolar pelos países da OCDE, que é de US\$ 8,7 mil. Luxemburgo, primeiro da lista, gasta US\$ 21,2 mil. Entre os 35 países analisados no estudo, apenas seis gastam menos com alunos na faixa de dez anos de idade do que o Brasil – dentre eles Argentina (US\$ 3,4 mil), México (US\$ 2,9 mil), Colômbia (US\$ 2,5 mil) e Indonésia, com gastos de apenas US\$ 1,5 mil. Nos anos finais do ensino fundamental e no médio o Brasil gasta anualmente a mesma soma de US\$ 3,8 mil por aluno desses ciclos e também está entre os últimos na lista dos 39 países que forneceram dados a respeito. A média nos países da OCDE nos últimos anos do ensino fundamental e no médio é de US\$ 10,5 mil por aluno, o que representa 176% a mais do que o Brasil.

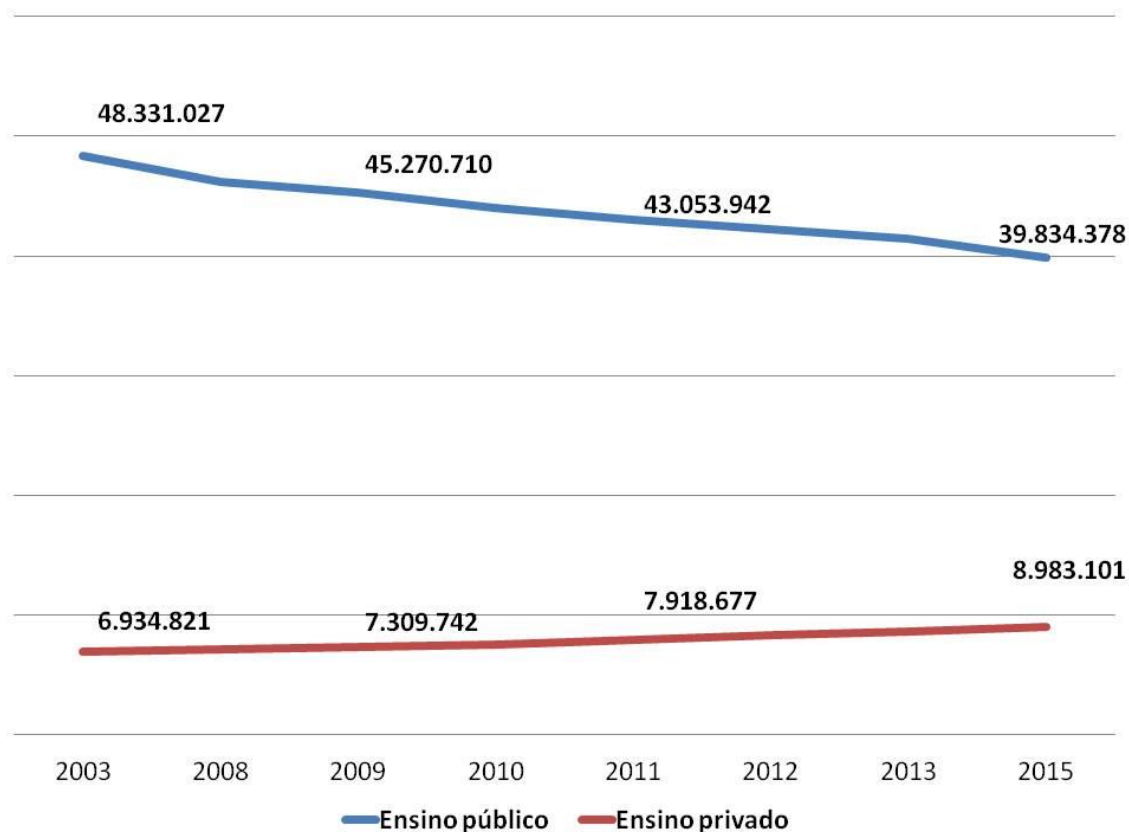
Já o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), produzido pela PNUD em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro, demonstra que 42,8% dos jovens

brasileiros de 15 a 17 anos do Brasil não tem sequer o ensino fundamental e 59% dos jovens de 18 a 20 anos não possuem o ensino médio. Podemos, ainda, analisar a escolaridade da população brasileira e demonstrar que há um hiato entre a necessidade de oferta de ensino e a escolarização da população. Conforme a PNAD (IBGE, 2015), na região sul do Brasil, a média de anos de estudo das pessoas acima de 18 anos é de apenas 8,5 anos. Ou seja, não é sequer o tempo de estudos do ensino fundamental, lembrando que este tem 9 anos e o ensino médio 3 anos, totalizando 12 anos. Se acrescentarmos a isso os dois anos de educação infantil a educação básica vigente terá 14 anos, ampliando ainda mais o déficit educacional de anos de estudo. Esse cenário contraria a regulamentação da PEC 59, tornada lei nº 12.796/2013, que torna a educação básica obrigatória no Brasil, desde os 4 aos 17 anos, dividida em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

### **Com educação pública sob ataque, cresce educação privada**

Segundo o Censo Escolar do Ministério da Educação, a educação básica brasileira reunia, em 2003, um total de 55.265.848 matriculados, sendo que destes, 6.934.821 eram de escolas particulares, ou seja, 12,55%. Doze anos mais tarde, em 2015, há 48.817.479 estudantes, distribuídos nos diferentes níveis da educação básica. Deste número, a educação privada representava 8.983.101 matrículas, ou seja, 18,20% do total de alunos.

### **Figura 2: Evolução de matrículas da Educação Básica no Brasil por modalidade de ensino no período 2003-2015**



Fonte Inep  
Org. AUTOR

Portanto, podemos concluir que há uma considerável ampliação da rede privada de ensino. No período 2003-2015 houve uma redução nacional de matrículas na educação básica de 6.448.369 matrículas. Contudo, o ensino privado teve um crescimento de 2.048.280 alunos, ao passo que a educação pública perdeu 8.496.649 matriculados no período. Ou seja, mesmo considerando as quedas das taxas de natalidade brasileira, a população continua crescendo, e podemos afirmar que houve uma crescente privatização da educação básica brasileira.

### Considerações finais

A educação pública, sob o neoliberalismo, vem sofrendo maciços ataques, conforme destacamos neste estudo. A sonhada universalização com qualidade pretendida pelos ícones do pensamento nacional-emancipador está mais distante, com diversas medidas contrárias adotadas no país nas últimas décadas. Apesar da imensa riqueza econômica do Brasil o país não consegue realizar-se na educação, sendo este o principal

questo que derruba sua avaliação no Índice de Desenvolvimento Humano, ocupando a posição 79 no mundo, apesar de ser uma das dez nações mais ricas.

Historicamente, o desenvolvimento brasileiro sempre esteve associado a maiores preocupações com a educação, especialmente pública. As últimas metas definidas nos planos nacionais de educação resistem em serem cumpridas. As escolas públicas brasileiras estão precarizadas, desaparelhadas, com professores mal remunerados e humilhados, sem sequer a correção monetária de seus salários, como nos casos do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, além de parcelamentos e atrasos salariais. Nesse cenário de crise da educação pública as famílias esforçam-se em oferecer outras possibilidades a seus filhos, levando-os ao ensino privado. Assim, conclui-se que, de fato, a crise na educação pública não é uma crise, mas um projeto, minuciosamente pensado e concretizado por agentes insensíveis às necessidades nacionais e que buscam tão somente torná-la lucrativo negócio para parte privilegiada da população. Para a maioria das massas populares é oferecida uma educação sem a qualidade merecida montada apenas para o letramento básico para que estas pessoas mantenham-se na condição de dominados e explorados.

Esta é a face perversa da “Pedagogia do Salve-se quem puder” imposta pela ideologia neoliberal.

## **Referências bibliográficas**

ATLAS BRASIL. **Atlas de desenvolvimento humano Brasil**. Disponível [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br) em 04/11/2017

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Caderno Dívida Externa nº 6, 2º ed.. PEDEX. São Paulo, 1994.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988**.

BRASIL DE FATO. **Nos últimos 10 anos, 32.512 escolas foram fechadas**. Disponível em [www.brasildefato.com.br/node/34202/](http://www.brasildefato.com.br/node/34202/) em 04/11/2017

BRASIL DE FATO. **Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros – entrevista com Prof. Dr. Roberto Leher**. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/node/32359/> em 04/11/2017

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC prevê que aluno arque com os custos de curso superior em universidade pública.** Disponível em <http://www2.camara.leg.br> em 04/11/2017

CARVALHO, Olavo de. **O Mínimo que você precisa saber para não ser um idiota.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

CASA DAS GARÇAS. Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças. Disponível em <http://iepecdg.com.br/> em 30/10/2017.

PROIFES-FEDERAÇÃO. **Secretária do MEC defende cobrança de mensalidades.** Disponível em <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/secretaria-do-mec-defende-cobranca-de-mensalidades> em 04/11/2017.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da esperança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017

GEORGES, Rafael. **Relatório OXFAM: A distância que nos une - um retrato das desigualdades brasileiras.** São Paulo: Relatório Oxfam, 2017. Disponível em [oxfam.org.br](http://oxfam.org.br) em 04/11/2017.

IPEA. **As desigualdades na escolarização do Brasil.** Relatório de Observação nº 5. Disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) em 04/11/2017

LACOSTE, Yves. **A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papyrus, 1993

LEHER, Roberto. **Não é só uma lógica econômica, é um horizonte para a formação humana no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, entrevista em EPSJV/Fiocruz em 05/07/2016. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/nao-e-so-uma-logica-economica-e-um-horizonte-para-a-formacao-humana-no-brasil> em 04/11/2017

MACHADO, Luis Toledo. **Concepções políticas do Estado e da questão nacional nos séculos 19 e 20.** São Paulo: Mandacaru-CPC/UMES, 2000.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar as máscaras sociais.** \_(Org.) Geografia: Teoria e Crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas do MBL.** Disponível em [www.mbl.org.br](http://www.mbl.org.br) em 04/11/2017.



NAGIB, Miguel. **Escola sem partido: quem somos.** Disponível em [www.escolasempartido.org.br](http://www.escolasempartido.org.br) em 04/11/2017

NALINI, José Renato. **A sociedade órfã.** São Paulo: Secretária de Educação, 2016, publicado em 05/04/2016, disponível em 04/11/2017.

OCDE. **Education at a Glance 2016: OECD Indicators.** OECD Publishing, Paris. Disponível em <http://dx.doi.org/10.187/eag-2016-en> em 21/04/2018.

PENSI. **História.** Disponível em [www.pensi.com.br](http://www.pensi.com.br) em 04/11/2017

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

SARAMAGO, José. **Cadernos de Lanzarote – Diário III.** Lisboa: Editorial Caminho, 1996.

SEVERO, Leandro. **Desnacionalização atinge 2514 empresas brasileiras em 13 anos.** Jornal Primeira Página de São Carlos, Ed. 01/07/2017. Disponível em <https://www.jornalpp.com.br/economia/item/124962-desnacionalizacao-atinge-2514-empresas-brasileiras-em-13-anos> em 04/11/2017.

SOUZA, Nilson Araújo de. **O colapso do neoliberalismo.** São Paulo: Global, 1995

SODRÉ, N.W. **Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Quem somos.** Disponível em [www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br) em 04/11/2017

VALOR. **Professor no Brasil ganha menos da metade da média dos países da OCDE.** Publicado em 15/09/2016, disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/4710579/professor-no-brasil-ganha-menos-da-metade-da-media-dos-paises-da-ocde> em 04/11/2017.

---

### **Sobre os autores**

Henrique Rudolfo Hettwer – Possui graduação em Geografia pelo Instituto Federal de São Paulo (2010). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia. Pós-graduação em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Rio Grande. Pós-graduação em Sociologia para o Ensino Médio pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor de Geografia, História, Filosofia e Sociologia no

Estado do Rio Grande do Sul e de Geografia e História na Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0353-4588>

---

### **Como citar este artigo**

---

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica** Revista **NERA**, vol.22 , n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

---

### **Declaração de Contribuição Individual**

---

Recebido para publicação em: 27 de setembro de 2018  
Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019  
Aceito para a publicação em: 05 de março de 2019

---